



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0010625-64.2011.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Assunto Principal do Processo << Nenhuma informação disponível >>**
 Requerente: **Agenor Rodrigues Camargo Epp**
 Requerido: **Banco Itau Sa**
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

CONCLUSÃO

Aos 05 de dezembro de 2014, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito, o Exmo. Sr.
Dr. MILTON COUTINHO GORDO.
 Eu,....., esc., digitei e subscrevi.
 Processo nº 1104/11

Vistos

Melhor analisando os autos, verifico que houve erro material na decisão de fls. 294/301, especificamente em relação ao relatório e no primeiro parágrafo do dispositivo (fls. 300), onde constou equivocadamente embargos à execução ao invés de ação de cobrança.

Assim, como se trata de erro material, passível de correção a qualquer tempo (nesse sentido confira-se TJSP, AI, 0192888-79.2012.8.26.0000, relatado pelo Desembargador Edson Ferreira e julgado em 05/02/2013), **reti-ratifico** integralmente o relatório da sentença (fls. 294/295) e o primeiro parágrafo do dispositivo (fls. 300), para que passem a ter a seguinte redação:

Relatório de fls. 294/295: "**AGENOR RODRIGUES CAMARGO EPP** ajuizou esta Ação **ORDINÁRIA DE REVISÃO DE CONTRATO COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DA TUTELA PRETENDIDA**, nº 1104/11, em face de **BANCO ITAÚ S/A**, todos devidamente qualificados. Em apenso seguem os autos da ação de cobrança n. 1.977/13, proposta pelo banco **ITAÚ UNIBANCO S/A** em face do aqui autor, Sr. **AGENOR RODRIGUES CAMARGO EPP**."

0010625-64.2011.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Diz a consumidora ter firmado com a casa bancária contratos de financiamento; ocorre que este último está cobrando juros capitalizados e acima da taxa legal, multas e comissão de permanência além do permitido legalmente e cumulativamente com juros e correção monetária. “Durante toda a contratualidade sempre foram exigidos e cobrados do requerente juros de demais encargos em percentuais superiores aos permitidos legalmente” (fls. 06). Sustenta também a ocorrência do “spread” (lesão enorme). Requer a redução do montante do débito, quitação ou restituição em dobro dos valores pagos a maior, a proibição de se aplicar juros capitalizados mês a mês, a proibição de cobrar juros superiores a 12% ao ano, a exclusão da comissão de permanência aplicada cumulativamente. Juntou documentos.

A antecipação da tutela foi deferida em termos pelo despacho de fls. 65.

Devidamente citada, a requerida contestou sustentando, em síntese, que: 1) a requerente não estava obrigada a contratar e tinha conhecimento das taxas de juros e condições contratuais; 2) os juros cobrados estão de acordo com aqueles praticados no mercado financeiro; 3) não há falar-se em limitação de juros para instituições financeiras; 4) inexistência da cumulação da comissão de permanência com juros ou correção monetária. No mais, rebateu a inicial e pediu a improcedência da ação.

Sobreveio réplica às fls. 144/154.

As partes foram instadas a produzir provas. A autora requereu perícia contábil e o requerido permaneceu inerte (fls. 156 e 160).

Pelo despacho de fls. 161 foi determinada a realização de perícia técnica contábil. O laudo foi encartado às fls. 229 e ss e encartado as fls. 265/278.

Declarada encerrada a instrução, apenas o requerido apresentou memoriais (fls. 285/292).

Já na ação de Cobrança que segue apensada (para julgamento

0010625-64.2011.8.26.0566 - lauda 2



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

conjunto), o Banco Itaú Unibanco S/A alega que a empresa de **AGENOR RODRIGUES CAMARGO – EPP** é devedora da quantia de R\$ 48.961,36, relativa ao descumprimento do contrato que se pretende rever na LIDE acima especificada. Juntou documentos as fls. 06/32 (dos autos em apenso).

As fls. 38 e ss (também do apenso), o Sr. Agenor rebateu o pedido de cobrança formulado pelo Banco. Preliminarmente sustenta a falta de extratos e contrato original e alega a conexão das ações. No mérito alega a ocorrência de anatocismo. Pediu a inversão do ônus da prova e finalizou pedindo a improcedência do pleito de cobrança."

Primeiro parágrafo do dispositivo (fls. 300)“Outrossim, **ACOLHO PARCIALMENTE os pleitos formulados nas ações reunidas ordinária e cobrança** para reconhecer que, AGENOR RODRIGUES CAMARGO EPP deve pagar ao ITAÚ UNIBANCO S/A, a importância de R\$ 251.336,47 (duzentos e cinquenta e um mil e trezentos e trinta e seis reais e quarenta e sete centavos), com correção a contar de 31/07/2013, mais juros de mora, à taxa legal, a contar da citação. A execução dos contratos observará referido valor”.

No mais, fica como lançada a decisão.

Por fim, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, conforme já determinado a fls. 340.

P. R. I.

São Carlos, 16 de dezembro de 2014.

MILTON COUTINHO GORDO
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**